

Mailson pode fechar acordo

REALI JÚNIOR
Nosso correspondente

PARIS — As negociações entre o Brasil e seus credores privados poderão ser concluídas já na próxima semana nos Estados Unidos, ainda durante a visita do ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, a Nova York. Essa é a opinião do porta-voz do *Credit Lyonnais*, o banco que representa os demais estabelecimentos franceses no comitê de bancos. Ele está convencido de que, desta vez, as negociações terão êxito muito mais rapidamente do que se pensa e o Brasil terá novamente reservas para continuar honrando seus compromissos internacionais. Dessa forma, o País poderá receber, também num espaço de tempo relativamente curto, o dinheiro novo que está necessitando, além de criar condições para aumentar ainda mais suas exportações.

O mesmo banqueiro, entretanto, não poupou críticas a certos negociadores brasileiros, responsabilizando-os pela indiscrição na divulgação, no Brasil, dos principais itens da proposta feita pelos credores privados. Dizendo-se chocado com essa atitude, observou

que havia um acordo de ambas as partes para que tudo fosse conduzido com muita discrição. E acrescentou: "Não negociamos através da opinião pública". Segundo ele, os europeus cumpriram a palavra, não tendo sido publicada nenhuma notícia nos jornais europeus, mesmo porque "a principal regra de uma negociação é a discrição".

Apesar disso, ele explica as razões de seu otimismo que o leva a prever a conclusão do acordo até o final da próxima semana, portanto após o carnaval. A seu ver, são numerosos os elementos positivos, além da boa vontade de ambos os lados e a aproximação dos pontos de vista e da convergência dos interesses respectivos. O porta-voz do *Credit Lyonnais* de Paris considera que para os credores a moratória é hoje matéria do passado, tendo lembrado que o atual ministro, Mailson da Nóbrega, reconheceu que sua decretação constituiu um grande erro. Para o comitê de bancos, esse reconhecimento é a prova de que há uma profunda mudança de enfoque do Brasil em relação ao problema. Essa mudança foi considerada um progresso que levantou inúmeras barreiras. Ago-

ra, ainda segundo o banqueiro francês, os credores estão esperançosos e vão fazer tudo para que a negociação possa terminar bem. "Estão sendo reunidas todas as condições para se chegar a um acordo mutuamente aceitável."

O representante do *Credit Lyonnais* justificou a contraproposta francesa e a recusa à primeira proposta brasileira que pretendia um refinanciamento dos juros de US\$ 11,5 bilhões, relativos aos anos de 1987, 1988 e 1989, afirmando que, ao contrário do que se diz no Brasil, o comitê não está endurecendo o jogo com o Brasil, mas apenas examinou a situação real da dívida brasileira. A seu ver, não se pode solicitar novos créditos com bases em cifras que não correspondem à realidade. Os financiamentos solicitados devem corresponder às necessidades precisamente definidas entre as partes. Na sua opinião, a contraproposta dos bancos corresponde às necessidades expressas pelo governo brasileiro.

Quanto à ampla defasagem entre as duas propostas (11,5 bilhões a do Brasil e apenas 5,5 bi-

lhões de dólares a dos bancos) e a decepção causada junto aos negociadores brasileiros, o banqueiro francês acredita que a variação possa ser reduzida para no máximo 20%, deixando de ser tão grande como se anunciou. Por essa razão, não compreende que possa haver decepção junto aos negociadores brasileiros. "O que mais o Brasil pode esperar dos credores que já não recebem os juros há não sei quanto tempo?"

Em todo caso, ele está também convencido que se há defasagem entre as duas propostas, isso só se deve à falta de adequação das cifras brasileiras à realidade. De qualquer forma, essa defasagem, a seu ver, não pode ser resolvida com proclamações das autoridades brasileiras. Finalmente, quanto às necessidades reais, houve uma aproximação importante das cifras, chegando mesmo a revelar que até os créditos já estão definidos. Quanto aos juros da moratória, desde novembro já haviam sido acertados. Ele reconhece a existência de certos elementos do acordo provisório que não seguiram ainda o rumo devido, mas são detalhes menores que poderão ser facilmente superados.